

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

### 1 ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA DE 2 FRANCA – 19 DE MAIO DE 2023.

3 Aos dezanove (19) dias do mês de maio de 2023, às nove horas e dez minutos (09h10), através da plataforma  
4 de videoconferência Google Meet, teve início a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal da Condição  
5 Feminina de Franca – CMCF, do exercício de 2023. Estiveram presentes na Reunião quatorze (14)  
6 conselheiras, sendo cinco (05) do Poder Público e nove (09) da Sociedade Civil, com as seguintes  
7 **Conselheiras Titulares:** Mariani Dias Souza, Adriana Barbosa Raymundo, Regina Célia de Souza Beretta,  
8 Marina Costa de Lima, Janaína Lucas dos Santos, Flávia Mildres Rodrigues Ribeiro e Israild Giacometti.  
9 **Conselheiras Suplentes na Titularidade:** Isabela Augusto Soares, Giovana Cristina Rosa, Thalia Gabriele  
10 Rodrigues Martins, Poliana Oliveira Capatto e Genecy Maria Dias. **Conselheiras Suplentes:** Cristiane de Melo  
11 Castro Masui e Ana Clara Fonseca de Sousa. Pela **Secretaria Executiva do CMCF** estiveram presentes: Maria  
12 Amélia Facioli Vergara, Secretária Executiva e Ralf Richardson Gimenes Arruda Machado, estagiário.  
13 Também participaram da reunião, mulheres da comunidade de Franca. A pauta, após aprovação, foi a seguinte:

14 ***II – ORDEM DO DIA: 2 – Assuntos: 2.1 – Devolutiva do grupo sobre a Nota de Posicionamento; 2.2 -***  
15 ***Proposta de Alteração da Lei do CMCF - definição de encaminhamentos; 2.3 – Discussão sobre***  
16 ***dificuldades das mães com crianças de pré-escola de meio período e nos recessos escolares – reflexões sobre***  
17 ***propostas de alternativas; 2.4 – Discussão sobre estratégias para realização do fluxo de atendimento às***  
18 ***mulheres em situação de violência no município - 2.5 – Informações sobre a organização do evento –***  
19 ***Sessão Solene - Dia 25 de julho – Dia Municipal da Mulher Negra - CMCF e COMDECON; 2.6 – Grupo de***  
20 ***Extensão da UNESP – Enactus - Solicita reunião com CMCF; 2.7 – Convite para Conhecer o Espaço de***  
21 ***Acolhimento – Expoagro – Protocolo Proteção. III – INFORMES GERAIS – 3.1 – Publicação da Lei***  
22 ***Estadual Nº 17.626/2023 - Autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às***  
23 ***mulheres vítimas de violência doméstica no Estado; 3.2- Devolutiva de participação de conselheiras em***  
24 ***eventos; 3.3 – Palavra aberta às conselheiras.*** A Reunião foi coordenada pela Presidente Janaína Lucas dos  
25 Santos, que deu início cumprimentando as Conselheiras presentes e solicitou que a verificação do quórum e a  
26 chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de doze (12) conselheiras  
27 titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes **ausências com justificativa:** Priscila  
28 Aparecida de Castro Miras, Larissa Gatti Gomes, Priscila Aparecida Martins, Sandra Cristina Fernandes Lopes,  
29 Cacilda Barsanulfo Ribeiro, Karla Migani de Andrade Tozzi, Juliana da Silva Paiva, Karina Raquel M. B.  
30 Bizzi, Viviane Rodrigues da Costa, Rosa Maria Mota de Jesus, Adriana Cristina Gomes, Joseane da Silva Poli e  
31 Elaine Cristina Rocha. Adiante, a Secretária Executiva, Maria Amélia, confirmou o quórum de leitura da Ata da  
32 3ª Reunião Ordinária do CMCF, que foi aprovada sem alteração. Assim deu-se início a Ordem do Dia, com o  
33 primeiro assunto: ***2.1 – Devolutiva do grupo sobre a Nota de Posicionamento.*** A presidente Janaína Lucas dos  
34 Santos deu início aos assuntos puxando sobre a devolutiva do grupo sobre a nota de posicionamento e apontou

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

35 que não teve comparecimento das participantes na reunião que foi marcada para a definição da nota, no entanto,  
36 disse que é de suma importância a união de todas para que seja feita. Maria Amélia então colocou a  
37 participação de algumas conselheiras que chegaram a atuar e redigir uma nota de posicionamento, e apontou  
38 que precisa ter uma definição para podermos deliberar esse assunto, que já foi pauta em 3 reuniões e  
39 precisamos tirar o encaminhamento. Israild também apontou que já fazem dois meses do evento e que a  
40 impressão que tem é que perdemos o tempo e que, se soltarmos a nota agora, ela não fará mais tanto sentido.  
41 Também tem a impressão de que irá criar uma visão ruim para o Conselho, na demora da manifestação e, por  
42 isso, não está mais em defesa da nota. Flávia disse que não vê dessa forma e sim que entende que devemos  
43 mencionar o tema do ocorrido, colocando em prática o que foi conversado. Sugeriu uma mesa online para falar  
44 da questão da meritocracia, algo breve e online nas redes do Conselho, falando sobre e trazendo pessoas que  
45 falem sobre o assunto, abrindo para perguntas. No entanto, disse que precisamos tomar cuidado para não expor  
46 o que foi ocorrido e que podemos voltar para um outro lado, o da informação. Flávia também pontuou que  
47 acredita na importância de trazer uma reflexão sobre o tema, que está em alta na mídia e não é uma pauta  
48 antiga, que, para avançarmos, precisamos que outras pessoas tomem ciência da problemática da meritocracia.  
49 Colocou que devemos fazer uma introdução para dar início a uma ação online, como sugestão. Janaína  
50 manifestou que também acha que não devemos deixar no esquecimento, que devemos fazer vídeos, reuniões, e  
51 dar uma agitada nas redes para que as pessoas conheçam o Conselho também. Regina também concorda que  
52 perdemos o tempo e que agora precisamos nos posicionar com o tema e fechar o assunto dessa forma, que a  
53 informação sobre o racismo estrutural é fundamental. Janaína disse que devemos ter a participação de todas  
54 para essas ações online, lives, vídeos de 40 minutos para falarmos mais sobre a mulher negra, o povo negro e  
55 todos esses temas relacionados ao racismo. Pediu, ainda, a ajuda de todas para colocarmos em pauta, para  
56 falarmos sobre o acontecido, pontuando novamente que precisamos ter uma movimentação, saber como colocar  
57 esse conteúdo nas redes e ter acesso às redes sociais do Conselho. Maria Amélia disse que conseguiu acesso e  
58 se prontificou em auxiliar a Presidência a se tornarem as gerenciadoras das páginas, caso ainda tenham  
59 dificuldades. Pontuou, porém, que não poderá se comprometer em movimentar a página, porque os  
60 computadores da Prefeitura não permitem acesso às redes sociais, porém afirmou que se dispõe a acompanhar  
61 as mensagens que chegam nas redes, com questões para o conselho, e repassá-las ao colegiado. Assim, destacou  
62 a importância de que tenham conselheiras atuando nas redes sociais. Thalia Martins comentou no chat sua  
63 opinião sobre a discussão, de que concorda em falarmos sobre o assunto, mas não como nota, e sim em  
64 informação nas redes sociais. Thalia se dispôs a elaborar um conteúdo para postagem e também sugeriu trazer o  
65 assunto para algum painel em um algum evento. Poliana pontuou sobre a demora para a produção da nota,  
66 colocando que, mesmo com a formação de uma Comissão, encontramos dificuldades por cada uma ali no  
67 Conselho ter seus compromissos e acabam não conseguindo se reunir fora das reuniões do Conselho já  
68 estabelecidas. Então, sugeriu que, em outros momentos, uma pessoa faça a nota e as outras façam a revisão,

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

69 para agilizar o processo. Ainda se posicionou sobre como tratar a temática, e acha que é importante debater o  
70 assunto de alguma forma, até colocou que podíamos pensar em colocar no evento do dia 25 de Julho. Poliana  
71 falou que esse mês ainda haverá a Expoagro e que todo ano ocorre algum tipo de violência contra mulher no  
72 evento, e que talvez precisaremos nos posicionar novamente. Regina falou que tudo que foi colocado é  
73 importante, mas que o Conselho precisa dar respostas mais rápidas e mais assertivas, que não adianta ficarmos  
74 discutindo muito durante a reunião algumas pautas e que, como já se passaram dois meses, a ideia da Flávia é o  
75 melhor caminho no momento e que precisamos utilizar melhor as redes, para explorar mais, precisamos trazer  
76 as informações sim. Ficou então definido pela movimentação nas redes, seguindo a proposta da Flávia de  
77 falarmos sobre o assunto em formato de conteúdos diversos e que, para tanto, o grupo se reunirá para discutir a  
78 metodologia desses conteúdos, para posteriormente serem criados e postados. **2.2 – Proposta de Alteração da**  
79 **Lei do CMCF - definição de encaminhamentos.** Maria Amélia informou que essa proposta está tramitando  
80 desde 2017 e que, objetivando contribuir com a agilidade do processo, elaborou uma apresentação em slides, na  
81 qual será demonstrado para o colegiado os trâmites realizados, as questões que tem impactado na aprovação e  
82 encaminhamento da Lei e propôs utilizar alguns minutos da reunião para essa apresentação, e assim as  
83 conselheiras poderão definir os próximos direcionamentos. Após discussões as conselheiras concordaram com  
84 a apresentação. Assim, Maria Amélia iniciou destacando que desde 2017 foram feitas algumas alterações e que,  
85 entre todos os pareceres jurídicos, o *caráter deliberativo* foi o item que mais impactou na aprovação da Lei,  
86 visto que a Administração Municipal não tem concordância neste ponto, porém o Conselho seguiu  
87 argumentando e fazendo a defesa de manter essa proposta na Lei. Então, Maria Amélia fez um apanhado geral  
88 mostrando que temos duas leis vigentes, uma de 2001 e outra de 2004, a de 2004 alterou apenas a composição  
89 do colegiado e manteve-se como consultivo, propositivo e fiscalizador. Atualmente, é composto por 17  
90 mulheres, sendo sete (07) representantes do poder público e dez (10) representantes da sociedade civil, e esse já  
91 é um item para se discutir, porque a orientação é que a composição dos conselhos seja paritária, com metade do  
92 poder público e metade da sociedade civil. Então a proposta de alteração da Lei vem resolver essa questão,  
93 porque isso gera um certo impacto pois dificulta até na discussão e no apoio em algumas pautas do colegiado,  
94 sendo essa uma questão de extrema importância. Assim, em seguida, apresentou as principais propostas na  
95 alteração da lei, sendo as seguintes: Primeiro item - torná-lo deliberativo, consultivo, propositivo e fiscalizador,  
96 pedindo a criação de fundo. O Conselho fez essa defesa porque então poderá captar recursos para que se  
97 resolva certas questões com mais agilidade e eficácia. Esse é o aspecto principal em que a Administração  
98 Municipal, com base no parecer de sua Procuradoria Jurídica, não concorda com a alteração, em torná-lo  
99 deliberativo. Maria Amélia citou também que essa nova Lei amplia algumas atribuições do Conselho, dentre  
100 elas o registro e acompanhamento de todas as instituições que fazem trabalho com mulheres no Município e  
101 outras ações, ampliação da composição para 20 membros paritariamente e a criação de fundo para direito das  
102 mulheres. Maria Amélia mostrou então o que mudaria da atual composição e funcionamento do Conselho na

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

103 atual proposta da lei e destacou que as alterações na composição são importantes e que não têm nenhum  
104 impacto para o Jurídico. Maria Amélia então colocou os últimos apontamentos do Jurídico que estão em  
105 discordância sobre a proposta da nova Lei, que estão impactando a aprovação da Lei pela prefeitura, sendo eles:  
106 a) o caráter deliberativo; b) proposta de alteração no texto do artigo para “propor” a política global, ao invés de  
107 “promover”; c) em outro item questiona a inclusão de membros de outras esferas de governo, ou seja, polícia e  
108 DDM são da esfera estadual e aí entende que o conselho precisaria fazer um acordo com a polícia e com a  
109 DDM se tem essa concordância em compor o Conselho, pois são esfera estadual e o município e não pode  
110 definir pelo estado; e d) a criação do fundo. Maria Amélia colocou que a questão mais complexa é a alteração  
111 para o caráter deliberativo e que agora o colegiado precisará definir se manterá essa defesa ou se, neste  
112 momento, abrirá mão e seguirá com alteração da Lei nos outros itens de caráter de composição. Disse que fez  
113 uma revisão dos argumentos que o Conselho fez como defesa do caráter deliberativo, que citou outros  
114 Conselhos aqui em Franca mesmo que tem caráter deliberativo, por exemplo o COMDECON, o Conselho da  
115 Pessoa com Deficiência, e outros conselhos da mulher de outros municípios que também são, mas que essa  
116 questão vem impactando e que não está vendo muita saída para a aprovação, pois todos os procuradores estão  
117 adotando essa linha do caráter não deliberativo. Thalia relatou que ficou em dúvida sobre qual o argumento que  
118 o Jurídico usa para não permitir o caráter deliberativo, Maria Amélia então respondeu que eles defendem que as  
119 atribuições do Conselho se baseiam em ser apenas consultivo e que não deve ter esse caráter de deliberar  
120 recursos para o Município, sem maiores justificativas sobre outros conselhos serem deliberativos e o CMCF  
121 não, então Maria Amélia fez a leitura da última argumentação, citando inclusive que o Conselho não ficou  
122 confortável com a resposta. Regina disse que já conversou com o Prefeito sobre esse caráter deliberativo e que  
123 a resposta dele foi que o Fundo Social de Solidariedade já estava fazendo uma boa articulação em relação ao  
124 papel da mulher, e a mesma argumentou que foi gestora de um município que criou uma coordenadoria da  
125 mulher no gabinete do prefeito para essas ações e que o Fussol poderia compor. Por conseguinte, a Conselheira  
126 manifestou que não é tarefa do Fussol discutir o papel da mulher e considerou que se trata de um embate  
127 político e que acha que deveríamos ir para Câmara Municipal ver quem estará com a gente nessa proposta,  
128 porque o executivo vai defender sempre que o Conselho fique nesse patamar apenas consultivo, dando voltas e  
129 justificativas para a não aceitação do deliberativo. Disse ainda que para mudarmos para o deliberativo  
130 precisamos tornar algumas ações de políticas públicas mais efetivas, porque tendo recursos conseguimos  
131 conversar com outras secretarias e que, por isso, devemos ir pela via política de um movimento social para  
132 avançar nesse sentido. Regina reforçou que nós temos um papel protagonista nesta história, que é a mulher  
133 conquistar a igualdade de gênero através dessas lutas, e que o Conselho é um espaço de luta. Disse ainda que  
134 não acha que só através de documentos vamos conseguir mudar essa realidade. Maria Amélia disse que na outra  
135 Gestão a Comissão fez uma reunião com o Chefe de Gabinete e que estava caminhando para que fosse  
136 aprovada a Lei, porém já estava no final do mandato daquela gestão e não teve encaminhamento, e por fim,

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

137 pediram o arquivamento do processo em 31 de dezembro de 2020. Então o Conselho solicitou a reabertura e o  
138 último parecer Jurídico foi lido nessa Reunião. Maria Amélia explicou também que a justificativa do Jurídico  
139 para a não deliberação é de que os conselhos não devem deliberar sobre o planejamento das políticas públicas,  
140 e que só a democracia representativa teria esse poder, entendendo assim que os conselhos de políticas públicas  
141 não têm essa atribuição. Israild concordou com Regina que o caminho tem que ser político e que devemos nos  
142 concentrar agora na definição da prioridade, de que se for mesmo essa deliberação, irmos para uma luta  
143 política, ir para a Câmara e iniciar o processo. Maria Amélia concordou com a proposta de articulação política,  
144 então retornou a perguntar sobre o encaminhamento, se essa é uma prioridade agora e iniciamos o processo de  
145 articulação para garantir a deliberação, ou o conselho entende como prioritário a aprovação da Lei sem a  
146 questão do caráter deliberativo e alinhado a isso, fazemos a articulação política para um momento posterior  
147 para conseguirmos esse caráter deliberativo. Flávia sugeriu seguirmos sem o caráter deliberativo, e todas as  
148 conselheiras ficam de acordo também, em voto unânime. Regina colocou que Maria Amélia fez uma proposta  
149 razoável, concordando com o encaminhamento sem propor o caráter deliberativo, mas reforçou que precisamos  
150 nos articular, que precisamos otimizar melhor o nosso tempo e iniciarmos a mobilização para alterar a Lei  
151 futuramente. Maria Amélia colocou então que por consenso vamos encaminhar a Lei sem caráter deliberativo e  
152 que se compromete em fazer um ofício manifestando que o Conselho concorda em retirar o caráter deliberativo  
153 e pede para dar seguimento aos trâmites e compartilhará com a comissão de legislação para contribuições e  
154 aprovação. Também colocou que é importante que a Comissão de Legislação organize uma reunião com a  
155 Comissão da Condição Feminina na Câmara para que aprovem a Lei quando chegar até eles, que precisa  
156 começar essa articulação urgente. **2.3 – Discussão sobre dificuldades das mães com crianças de pré-escola de**  
157 **meio período e nos recessos escolares – reflexões sobre propostas de alternativas.** A presidente Janaína iniciou  
158 a pauta colocando sua percepção sobre o cenário de pessoas que têm dificuldade com esse tempo de meio  
159 período na pré-escola. Colocou ainda que entende que, na implementação do projeto de escolas em tempo  
160 integral alguns pais não tenham aceitado bem, mas que é preciso perguntar se as pessoas não estão querendo  
161 mesmo e o que podemos fazer para ajudar aqueles que precisam desse suporte. Maria Amélia colocou que essa  
162 semana foi publicada uma notícia de que já tem sete (07) escolas que funcionam em tempo integral aqui no  
163 Município, que é o programa Tempo Todo, que já está em funcionamento. A conselheira Isabela Soares, que  
164 representa a Educação, afirma no chat que o projeto já está sim em funcionamento e que acredita que seria  
165 interessante fazer uma pesquisa de onde há maior necessidade. Janaína apontou que é preciso ver onde ainda  
166 não tem e Flávia faz uma amarração sobre o que acontece no Aeroporto II, por exemplo, onde a Prefeitura  
167 levou a proposta para os pais e a maioria não aceitou e, por isso, o projeto não foi implementado na região, pois  
168 uma turma não pode se manter com menos de 15 alunos, e os pais estavam tirando essa criança do integral para  
169 passar para o regular. Flávia sugeriu sentarmos com o pessoal da Educação para saber se existe uma fala em  
170 relação a Zona Leste. Sugeriu também irmos para o CRAS falar com o pessoal que atende a Região para saber

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

171 se existe um projeto para atender essas crianças em período integral, que precisamos entender melhor esse  
172 fluxo para propormos alternativas. A conselheira Isabela Soares concordou com Flávia de que é importante  
173 marcarmos uma reunião e levar dados sobre essas pessoas interessadas no integral. Janaína colocou que não são  
174 todas as famílias, mas que muitos precisam do integral e que na pré-escola tem uma grande dificuldade dos  
175 pais. Então, Flávia sugeriu termos essas informações no papel de quantas mães e famílias realmente têm essa  
176 demanda pelo período integral. Sugere também de fazermos um trabalho em conjunto com a Secretaria da  
177 Educação para fazermos essa ponte, entre os dois lados. Inicialmente Janaína pediu para que Maria Amélia  
178 fizesse um documento oficial para realizarmos essa pesquisa, e se dispôs a fazer a pesquisa, pois mora na  
179 Região Leste, para então levarmos para a Reunião com a Secretaria da Educação. Porém a presidente adjunta  
180 Flávia mostrou como aconteceu essa pesquisa, mas disse que precisariam, primeiro, irem na Secretaria da  
181 Educação para entendermos como funciona o fluxo, saber os dados da população e pessoas interessadas para  
182 conseguirmos avançar para a próxima etapa. Isabela Soares se dispôs a falar com a equipe da Educação, ver a  
183 melhor data e marcar uma reunião com Flávia e Janaína. A conselheira Ana Clara colocou que é necessário  
184 também incluir nessa conversa a questão dos recessos escolares, de ter um atendimento com essas crianças  
185 nesse período de recesso e férias escolares, talvez incluindo no mesmo projeto essa proposta. **2.4 –** –  
186 **Discussão sobre estratégias para realização do fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência**  
187 **no município.** Maria Amélia lembrou sobre o fluxo que foi trazido pelo coordenador do CREAS, Éder, na  
188 última reunião, e que o debate surgiu de onde a mulher deve seguir no atendimento quando sofre uma violência,  
189 que o colegiado ficou de organizar esse fluxo geral, da rede intersetorial, que não existe em Franca e aí ficou de  
190 colocarmos nessa pauta a forma com que o Conselho conseguiria contribuir na organização desse fluxo, e aí  
191 colocamos para debate do colegiado. Maria Amélia ainda colocou que a conselheira Marina, do Núcleo  
192 Reconhecer, deve contribuir bastante nessa pauta, porém não está presente nesta reunião. Janaína apontou que  
193 talvez seja melhor deixarmos essa pauta para a próxima reunião, para a presença de todas. Thalia se ofereceu  
194 para fazer um esboço desse fluxo para apresentar na próxima reunião e aí vamos complementando para pensar  
195 nele. **2.5 – Informações sobre a organização do evento – Sessão Solene - Dia 25 de julho – Dia Municipal da**  
196 **Mulher Negra - CMCF e COMDECON.** Janaína explicou que ela e Flávia tiveram uma reunião com Rose  
197 Moraes do COMDECON para pensarem juntas sobre esse evento. Flávia disse que enviaram um ofício para  
198 reservar a data. Maria Amélia disse que protocolou o documento para três comissões e ainda não teve retorno,  
199 mas que acredita que não terá problemas com relação a data. Maria Amélia reforçou que os Conselhos precisam  
200 se reunir para definir os detalhes de como acontecerá o evento. Flávia disse que ficou de combinar com a Rose  
201 os detalhes e que a princípio pensaram em fazer um chamamento para a comunidade e pensarmos em uma mesa  
202 para trazer algum assunto pertinente, mas que ainda precisam definir e alinhar os detalhes. Flávia perguntou  
203 sobre o lanche, e Maria Amélia respondeu que precisam ter o número previsto de pessoas para poder solicitá-lo.  
204 Flávia disse que ainda está aguardando uma previsão de quantas pessoas serão mobilizadas para levarem para a

## CONSELHO MUNICIPAL DA CONDIÇÃO FEMININA FRANCA – SP

205 Câmara. **2.6 – Grupo de Extensão da UNESP – Enactus - Solicita reunião com CMCF.** Maria Amélia  
206 apresentou o e-mail e fez uma introdução do que é esse pedido. Disse que, uma estudante da Unesp que faz  
207 parte de um grupo de extensão que está desenvolvendo um projeto, entrou em contato com a Secretária  
208 Executiva, pois querem compreender melhor as demandas e necessidades das mulheres a partir de uma reunião  
209 com o Conselho. Maria Amélia disse que inseriu essa pauta para saber qual a posição do Conselho, se querem  
210 fazer uma reunião com a estudante para entender melhor o que é o projeto. Flávia colocou que o melhor é fazer  
211 uma reunião entre a mesa diretora e a estudante antes, para entender o objetivo e depois levar para a reunião do  
212 Conselho. Janaína achou melhor já fazer uma reunião de todo o colegiado com a estudante, para entender o  
213 projeto. Israild disse que acha que, para otimizar o tempo, é melhor fazer a reunião antes, como a Flávia disse.  
214 Mariani propôs a reunião com a mesa diretora, Regina e Ana Clara também. Ficou encaminhado então  
215 combinar com a estudante uma reunião com a mesa diretora para depois passar os informes para todo o  
216 Conselho. **2.7 – Convite para Conhecer o Espaço de Acolhimento – Expoagro – Protocolo Proteção.** Maria  
217 Amélia lembrou sobre as questões de violência que aconteceram no ano passado na Expoagro e que o  
218 colegiado se posicionou, questionou sobre as providências que seriam tomadas aos órgãos envolvidos e todos  
219 responderam que na ocasião foi aberto inquérito e que nos próximos eventos tomariam certas medidas. Então,  
220 disse que o grupo Proteção, que realiza o acolhimento de pessoas vítimas de violência no evento, entrou em  
221 contato com o CMCF através do Instagram, e convidou o Conselho para conhecer o espaço. Maria Amélia  
222 considerou importante as conselheiras irem conhecer, no período da noite, e então perguntou sobre a  
223 disponibilidade de todas. Maria Amélia pontuou ainda que no dia 22 de maio seria gratuito e teria pouco  
224 movimento, por ser meio de semana. Israild, Thalia e Flávia se dispuseram a comparecer. **-III – INFORMES**  
225 **GERAIS – 3.1 – Publicação da Lei Estadual Nº 17.626/2023 - Autoriza o Poder Executivo a promover o**  
226 **pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado.** Maria Amélia pontuou  
227 que a Lei foi publicada recentemente e que compartilhou com o Conselho para que tenha um acompanhamento,  
228 porque não existe uma definição de como a Lei será aplicada, ainda não tem a regulamentação e que  
229 precisamos ficar atentas, aguardar e verificar o processo, para que seja cobrada. **3.2- Devolutiva de**  
230 **participação de conselheiras em eventos.** Janaína pontuou sobre o evento da OAB, no qual compareceram  
231 algumas conselheiras e que foi muito bom falar sobre as mulheres ali naquele espaço, e também de um outro  
232 evento na MT, em que Flávia e ela foram representando o Conselho da Mulher. Flávia também pontuou a  
233 importância desses eventos. Maria Amélia disse que é legal deixar essa devolutiva em todas as reuniões, para  
234 acompanharmos a participação das conselheiras em eventos. **3.3 – Palavra aberta às conselheiras.** Ninguém  
235 teve nada a dizer. Finalizados os assuntos, a presidente Janaína Lucas dos Santos retomou quais são os  
236 encaminhamentos que serão feitos a partir das definições dessa reunião, e a Reunião se encerrou às 11h30. Eu,  
237 Ana Clara Fonseca de Sousa, primeira-secretária do CMCF, lavrei a presente Ata, que uma vez lida e aprovada,  
238 será anexada à lista das conselheiras participantes.